

ILMO. SR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – AGEVAP .

Ato Convocatório nº 08/2016

FRAL CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Santana de Parnaíba, na Alameda dos Açaís, 226, Morada dos Pinheiros, CEP: 06519-367, contrato social em anexo (doc. 01), CNPJ sob o nº 03.559.597/0001-05, representada legalmente por sua procuradora, com respectivo instrumento de mandato em anexo (doc. 02), **MARTA APARECIDA DOS SANTOS FRANÇOZO**, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Av. Interlagos nº 871 Bloco 07 Apt 78 – Jardim Umuarama – CEP: 04661-100 – São Paulo/SP, com RG sob nº 13.987.532-3 e inscrita no CPF nº 073.291.928-21, vem à presença de V. Srs., para com fundamento no artigo 109 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, vem, respeitosamente, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I- Síntese Fática

A Comissão Permanente de Licitação reuniu-se no dia vinte e umdo mês de julho de dois mil e dezesseis, para dar continuidade ao certame com a abertura do Envelope 2 – Proposta Técnica das empresas habilitadas. No dia vinte e dois de setembro de dois mil e dezesseis a Nota Técnica nº 162/2016/DRH, referente ao Município de Arujá, foi publicada para consultas no site oficial da AGEVAP.

Enviaram proposta para este lote as empresas/consórcios: Consórcio Engeconsult/Techne; Consórcio GEOAMBIENTE&DAC; Consórcio Saneamento Verde-CONEN; DEMÉTER ENGENHARIA LTDA-EPP E FRAL CONSULTORIA LTDA. Porém, após a análise minuciosa da Comissão de Licitação foram habilitadas apenas as empresas DEMÉTER ENGENHARIA LTDA-EPP E FRAL CONSULTORIA LTDA.

Diante da pontuação dada para a empresa FRAL CONSULTORIA LTDA., a empresa recorrente não concorda com a nota “1 – NOTA INSUFICIENTE” atribuída ao **Quesito C - Plano de Trabalho – Aspectos Financeiros e Contábeis** e vem manifestar a intenção de interpor recurso pelos seguintes motivos:

Primeiramente é preciso esclarecer que a Metodologia para elaboração das atividades relacionadas aos aspectos financeiros e contábeis está contemplada, não foi apresentada como um capítulo isolado do Plano de Trabalho, mas sim contemplado e detalhado dentro dos Produtos requisitados. Desta forma é fundamental analisar os aspectos Financeiros e Contábeis ali descritos de forma clara, completa e coerente com o tema:

- *Produto 3* – Diagnóstico - página 564 a página 575 da Proposta Técnica; (Anexo 3)
- *Produto 4* – Prognóstico - página 575 a página 585 da Proposta Técnica. (Anexo 3)

Veja que no *Produto 3*, onde fora abordado o Diagnóstico Participativo Municipal, a recorrente apresenta não apenas o descritivo de Custos de Despesas Gerais, como faz a descrição dos Indicadores para os Serviços Públicos de Limpeza Urbana e de Manejo de Resíduos Sólido para o Município.

Não obstante, no *Produto 4*, onde se detalha o Prognóstico, a recorrente descreve o Sistema de cálculo dos custos operacionais e Investimentos, bem como a forma de cobrança dos custos dos Serviços Públicos.

Considerando que fora demonstrada a abordagem com clareza, objetividade e de fácil compreensão, a recorrente entende não fazer jus a nota inicialmente atribuída. Desta forma, solicita-se a Revisão de tal quesito, e consequentemente a Revisão da Nota Técnica Total.

II - Pedido

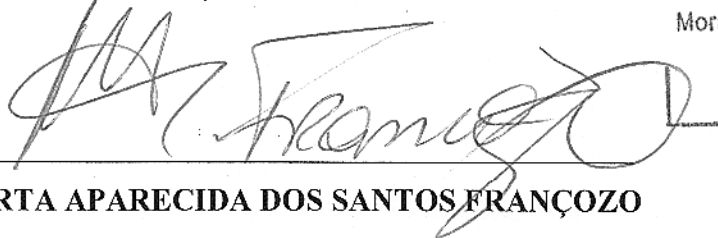
Ora Nobre Comissão, indiscutivelmente, podemos concluir que houve, de fato, algum equívoco na análise do item "Aspectos Financeiros e Contábeis do Quesito C – Plano de Trabalho". Equívoco tal, que deve ser sanado de maneira mais rápida e precisa a fim de pedir a Revisão de Nota neste item.

Posto isto, requer seja recebido e julgado dentro do prazo legal, o presente RECURSO, para que sejam acolhidas as fundamentações para a REVISÃO DE NOTA TÉCNICA referente ao Município de Arujá, atribuída a FRAL CONSULTORIA LTDA.

Nesses termos,

Pede deferimento.

São Paulo, 27 de Setembro de 2016.



MARTA APARECIDA DOS SANTOS FRANÇOZO
PROCURADORA

03.559.597/0001-05

FRAL CONSULTORIA LTDA

Alameda dos Açais, 226
Morada dos Pinheiros (Aldeia da Serra)
CEP: 06519-367

Santana do Parnaíba - SP

ANEXO 1

10039
2013
12

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DA
SOCIEDADE EMPRESARIA
FRAL CONSULTORIA LTDA.**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, os sócios a seguir identificados:

ANA MARIA MARTINS CAMPOS DE OLIVEIRA, casada, empresária, portadora da CI/RG nº 4.583.068-SSP/SP e inscrita no CPF/MF nº 000.619.548-29 e, **LEONARDO MARTINS CAMPOS DE OLIVEIRA**, casado, engenheiro mecânico de produção, portador da CI/RG nº 30.332.973-7-SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 295.643.378-44, ambos brasileiros, residentes e domiciliados à Rua Constantino de Souza, nº 454, apto. nº 12, no bairro Campo Belo, CEP 04605-001, nesta cidade de São Paulo Estado de São Paulo, únicos sócios da sociedade empresaria limitada denominada **FRAL CONSULTORIA LTDA**, com sede à Alameda dos Açaís, nº 226, bairro Morada dos Pinheiros em Aldeia da Serra, CEP 06519-367 no município de Santana de Parnaíba, neste Estado de São Paulo e CNPJ nº 03.559.597/0001-05, com registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE nº 35.216.066.688 de 10.12.1999 e posteriores alterações, sendo a última registrada sob o nº. 254.419/13-6 em sessão de 16/07/2013, **RESOLVEM** promover a presente alteração do seu Contrato Social, conforme segue:

I – Do Exercício Fiscal, Dos Lucros e Perdas.

Cláusula 1ª Os sócios resolvem neste ato alterar a cláusula 7ª do contrato social com seguinte alteração:

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE BARUERI
UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES - TABELIÃO
AL. GRAJAU, 279 - ALPHAVILLE - BARUERI - SP

Barueri, SP 03 SET. 2018

PORATO
R\$ 3,05



AUTENTICO A PRESENTE COPIA REPRODUZIDA
CONFORME ORIGINAL A MIM APRESENTADO, DOU FE.
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.

Jacqueline Cristina de Oliveira Costa
Escritor Autizada

1009
2015
12

Cláusula 7ª - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial, do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Primeiro: A sociedade poderá, a seu critério, levantar balanços ou balancetes mensais para apuração de resultados cumulativos, visando a distribuição de lucros ou outra finalidade que seja necessária.

Parágrafo Segundo: Os lucros poderão ser distribuídos entre os sócios de forma desproporcional a participação no capital social a ser deliberada em reunião.

II – Da Consolidação:

Cláusula 3ª - Com as alterações acima, os sócios ALTERAM e CONSOLIDAM o Contrato Social conforme segue:

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA

FRAL CONSULTORIA LTDA

CNPJ 03.559.597/0001-05.

I - Da Denominação, Sede, Filiais e Foro:

Cláusula 1ª- A presente sociedade gira sob a denominação social de **FRAL CONSULTORIA LTDA**, e tem sede e foro na Alameda dos Açaís, nº 226, bairro Morada dos Pinheiros em Aldeia da Serra CEP 06519-367 no Município de Santana de Parnaíba, neste Estado de São Paulo, com Filial de nº 01, Av. Copacabana, nº 177, 15º andar, Conjunto 151,152 e 153, Bairro Empresarial 18 do Forte, CEP 06465-903, Município de Barueri, Estado de São Paulo e Filial de nº 02, na Avenida Marginal Esquerda do Rio Tietê, nº 1.303, sala 02 no bairro Jardim Mutinga, CEP 06472-001 no Município de Barueri, neste Estado de São Paulo e, poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, formalizando por alteração contratual assinada por todos os sócios.

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE BARUERI
UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES - TABELIÃO
AL. GRAJAU, 279 - ALPHAVILLE - BARUERI - SP

Barueri, SP 05 SET/2016 PORATO
R\$ 3,05

AUTENTICO A PRESENTE COPIA REPRODUZIDA REDUZIDA
CONFORME ORIGINAL A MIM APRESENTADO DOU FE.
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



(Assinaturas manuscritas)

Jacqueline Cristina de Oliveira Costa
Escritoriente Autorizada

112094
0107A Q 0624440

II- Do Objeto Social

Cláusula 2ª - A sociedade tem por objetivos sociais a prestação de serviços de perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas. Prestação de serviços na área de engenharia civil: consultoria técnica civil, geotécnica, elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de desenhos técnicos, anteprojetos, projetos básicos e executivos para trabalhos de engenharia; serviços de engenharia civil: instalações prediais civis, serviços técnicos em edificações, acompanhamento, gerenciamento, fiscalização e administração da execução de obras de engenharia; assistência técnica civil e fornecimento de material necessário às atividades anteriores. Prestação de serviços de consultoria e gerenciamento na área de meio ambiente e saneamento ambiental. Prestação de serviços de consultoria e operação na área de sistemas de limpeza urbana: varrição, coleta, remoção, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos, resíduos de serviços de saúde e outros resíduos quaisquer. Prestação de serviços de auditoria, consultoria e assessoria financeira. Apresentação de palestras e seminários.

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade técnica da empresa ficará a cargo do Sr. **FRANCISCO JOSÉ PEREIRA DE OLIVEIRA**, Engenheiro Civil, inscrito no CREA n.º 0600793880.

Parágrafo Segundo: O Objetivo Social poderá ser sempre estendido ou modificado, por deliberação que represente $\frac{1}{3}$ do Capital Social.

III - Do Capital Social

Cláusula 3ª - O Capital Social é de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), dividido em 850.000 (Oitocentos e cinquenta mil quotas), no valor unitário de R\$ 1,00, (um real), totalmente subscritas e integralizadas, pelos sócios, em moeda nacional, assim distribuído:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR R\$	%
Ana Maria Martins C. de Oliveira	425.000	425.000,00	50,00
Leonardo Martins C. de Oliveira	425.000	425.000,00	50,00
Total	850.000	850.000,00	100,00

TABELAÇÃO DE NOTAS E PROTESTO DE BARUERI
UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES - TABELAÇÃO
AL. GRAJAU, 279 - ALPHAVILLE - BARUERI - SP

Barueri, SP 05 SET 2016 POR ATO
R\$ 3,05

AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPRODUTIVA REDUZIDA,
CONFORME ORIGINAL A MIM APRESENTADO, DO L.T.E.
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



Jacqueline Cristina de Oliveira Costa
Escritorinha Autorizada

10039
2016
12

Parágrafo Único: De conformidade com o artigo 1.052, da lei 10.406/02, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

IV - Da Duração

Cláusula 4ª - O prazo de duração é por tempo indeterminado e o início das atividades ocorreu em 10/12/1999.

V - Da Transferência de Quotas.

Cláusula 5ª - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

VI- Da Administração

Cláusula 6ª - A administração da sociedade será exercida por ambos os sócios que, no desempenho de suas funções serão chamados de administradores, os quais assinarão, **sempre individualmente**, representando ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, perante os órgãos da administração pública direta ou indireta, autarquias e sociedade de economia mista, financeiras ou não, Bancos, Caixa Econômica Federal, em todos os atos e deliberações da sociedade, assumindo os encargos e obrigações de modo a atender o bom andamento da sociedade, ficando expressamente vedado o uso da sociedade em endossos ou fianças.

Parágrafo Primeiro: Fica permitida a alteração deste contrato para nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovado por dois terços dos sócios, nos termos do artigo 1.061 da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Segundo: Fica facultado aos administradores, atuando em conjunto ou individualmente, nomear procuradores, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados, bem como o prazo de sua duração.

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE BARUERI
UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES - TABELIÃO
AL. GRAJAU, 279 - ALPHAVILLE - BARUERI - SP

Barueri, SP 05 SET. 2016 POR ATO
R\$ 3,05

AUTENTICO A PRESENTE COM A REPRODUÇÃO REDUZIDA,
CONFORME ORIGINAL A MM APRESENTADO DOULE,
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



(Assinatura)

Jacqueline Cristina de Oliveira Costa
Escrivente Autorizada

Parágrafo Terceiro: Conforme determina o art. 1.011 § 1º da Lei 10.406/02, os Administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrarem-se sob os efeitos dela, ou a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

VII - Do Exercício Fiscal, Dos Lucros e Perdas.

Cláusula 7ª - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial, do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Primeiro: A sociedade poderá, a seu critério, levantar balanços ou balancetes mensais para apuração de resultados cumulativos, visando a distribuição de lucros ou outra finalidade que seja necessária.

Parágrafo Segundo: Os lucros poderão ser distribuídos entre os sócios de forma desproporcional a participação no capital social a ser deliberada em reunião.

VIII - Do Pró-Labore

Cláusula 8ª- Os sócios administradores terão direito a uma retirada mensal a título de Pró-Labore, a critério destes.

IX - Do Falecimento e Interdição.

Cláusula 9ª- Falecendo ou interdito qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE BARUERI
UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES - TABELIÃO
AL. GRAJAU, 279 - ALPHAVILLE - BARUERI - SP

Barueri, SP 05 SET. 2016 POR ATO
R\$ 3,05

AUTENTICO A PRESENTE COM A REPRODUÇÃO REDUZIDA
CONFORME ORIGINAL A MINHA APRESENTADO DOU FE.
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



Jacqueline Cristina de Oliveira Costa
Escrivente Autorizada

ACORDÃO
2015-15
12

sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

X - Da Exclusão de Sócios

Cláusula 10ª - É reconhecido aos sócios o direito de excluir da sociedade o sócio que:

- a) Não atender às chamadas para realização de aumento de capital decidido na forma do Contrato Social;
- b) For judicialmente declarado insolvente;
- c) Tiver dívida de sua responsabilidade cobrada judicialmente e não contestada pelos meios legalmente válidos;
- d) Praticar atos de concorrência desleal para com a Sociedade;
- e) Exercer a administração da Sociedade com infração do Contrato Social ou da lei;
- f) Praticar atos visando o enriquecimento ilícito, em prejuízo da Sociedade; ou
- g) Praticar qualquer outro ato de inegável gravidade que coloque em risco a continuidade da Sociedade.

Parágrafo Único: No caso de exclusão de sócio, os seus haveres serão apurados e pagos na forma prevista na CLÁUSULA 10ª, devendo o balanço da Sociedade referir-se à situação da ata da deliberação para exclusão do sócio, ficando afastada qualquer outra forma de apuração.

XI - Das Deliberações – Da Reunião dos Sócios

Cláusula 11ª- As deliberações da sociedade serão tomadas sempre por unanimidade, sendo dispensada a reunião de sócios quando todos decidirem por escrito sobre a matéria a ser deliberada.

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE BARUERI
UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES - TABELIÃO
AL. GRAJAU, 279 - ALPHAVILLE - BARUERI - SP

Barueri, SP 03 SET. 2016 POR ATO
R\$ 3,05

AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA FOTOGRAFICA REDUZIDA,
CONFORME ORIGINAL A MIM APRESENTADO. DOU FÉ.
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



Jacqueline Cristina de Oliveira Costa
Escritora Autorizada

JUL 20 15 12

XII - Do Desimpedimento

Cláusula 12ª- Os sócios declaram não estar incurso em nenhum dos crimes previstos por Lei que os impeçam de exercerem suas atividades, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1011 da Lei 10.406/2002.

XIII- Da Responsabilidade

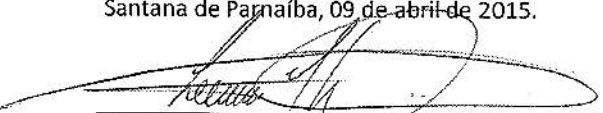
Cláusula 13ª- Segundo determinação do artigo 1.054 da Lei 10.406/2002 ao artigo 997, VIII, da mesma legislação, fica expreso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

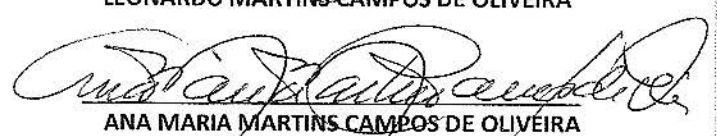
XIV- Do Foro

Cláusula 14ª - Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, para dirimir, conhecer e decidir sobre quaisquer questões oriundas deste instrumento, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

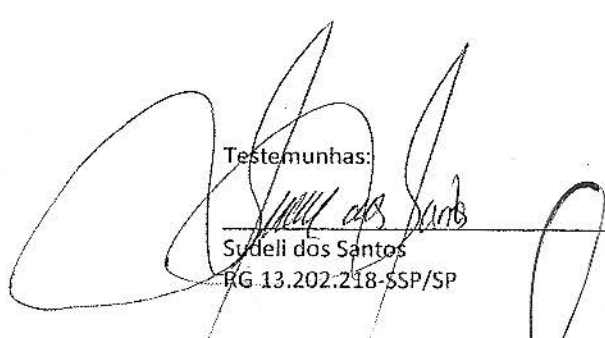
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de 02(duas) testemunhas, que ouviram, leram e também assinaram.


Santana de Parnaíba, 09 de abril de 2015.


LEONARDO MARTINS CAMPOS DE OLIVEIRA


ANA MARIA MARTINS CAMPOS DE OLIVEIRA

Testemunhas:


Sudeli dos Santos
RG 13.202.218-SSP/SP


Anton Paulino
RG 14.956.853-8-SSP/SP

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE BARUERI
UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES - TABELIÃO
AL. GRAJAU, 279 - ALPHAVILLE - BARUERI - SP

Barueri, SP 05 SET. 2016 POR ATO R\$ 3,05

AUTENTICAÇÃO PRESENTE COM REPRODUÇÃO REDUZIDA,
CONFORME ORIGINAL A MIM APRESENTADO. DOU FE.
VÁLIDO SOMENTE COM SELADO DE AUTENTICIDADE.



Jacqueline Cristina de Oliveira Costa
Escrevente Autorizada

ANEXO 2

LIVRO 832 - PÁGINAS 329/331 - 1º TRASLADO

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:
FRAL CONSULTORIA LTDA.

SALBAIM quantos este público instrumento de procuraçao bastante virem que ao primeiro (01) dia do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e quinze (2015), da Era Cristã, o Escrevente do Primeiro Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos de Barueri/SP, perante mim escrevente, compareceu como OUTORGANTE, **FRAL CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 03.559.597/0001-05, com sede na Alameda dos Açaís, 226, Morada dos Pinheiros, Aldeia da Serra, Santana de Parnaíba/SP - CEP 06519-367, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35216066688, em sessão 10/12/1999, e Contrato Social Consolidado formalizado através da 10ª Alteração Contratual datada de 09/04/2015, registrada na JUCESP sob nº 222.549/15-4, em sessão de 28/05/2015, cuja cópia autenticada, acompanhada da Ficha Cadastral Completa emitida pela JUCESP em 08/09/2015, encontram-se arquivadas nestas notas em pasta própria de nº 045/2015, páginas 043/052, sendo neste ato e nos termos das Cláusulas sexta do referido contrato social consolidado, representada por sua administradora, a senhora **ANA MARIA MARTINS CAMPOS DE OLIVEIRA**, RG 4.583.068-X-SSP/SP, CPF/MF 000.619.548-29, brasileira, empresária, casada, residente e domiciliada na Rua Constantino de Souza, 454, apartamento 12, Campo Belo, São Paulo/SP - CEP 04605-001, reconhecida e identificada como a própria de quem trato, do que dou fé. A representante legal da mandante declara expressamente sob responsabilidade civil e penal, que não há nenhuma alteração contratual posterior à noticiada acima, bem como encontra-se devidamente empossada em seu cargo, em conformidade com as disposições legais. Então, pela outorgante, na forma representada, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito nomeia e constitui sua bastante procuradora, **MARTA APARECIDA DOS SANTOS FRANÇOZO**, RG 13.987.532-3-SSP/SP, CPF/MF 073.291.928-21, brasileira, solteira, coordenadora administrativa, residente e domiciliada na Avenida Interlagos, 871, bloco 07, apartamento 78, Jardim Umuarama, São Paulo/SP, CEP 04661-100, a quem confere amplos, gerais e ilimitados poderes para: a) aceitar e assinar quaisquer contratos de prestação de serviços, contratos de locação, arrendamento e os demais que se fizerem necessários ao cumprimento do objeto social e administração da empresa; assinar propostas ou contratos e abertura de contas bancárias e movimentá-las junto a quaisquer bancos, Caixa Econômica Federal, Banco Santander S/A, Banco Itaú S/A, Banco Bradesco S/A, Banco HSBC S/A, Banco do Brasil S/A, Banco Central do Brasil e demais estabelecimentos de créditos; emitir e endossar cheques; fazer retiradas mediante recibo, autorizar débitos, transferências e pagamentos por meio de cartas, solicitar saldos, extratos de conta e requisitar talões de cheques para o uso da outorgante; b) receber



01072602377275.000177976-0

P:07121 R:005976

Ubiratan Pereira Guimarães

1º Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos de Barueri
Alameda Grajaú, 279 - Alphaville - Cep 06454-050 - Fone/Fax: 11-4166.7777.
tabeliao@tabeliaodebarueri.com.br - www.tabeliaodebarueri.com.br

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE BARUERI
UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES - TABELIÃO
AL. GRAJAU, 279 - ALPHAVILLE - BARUERI - SP

Barueri, SP 27/11/2016 FORATO
R\$ 3,05

AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA REDUZIDA,
CONFORME ORIGINAL A MIM APRESENTADO, DOU FE.
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Artur Rodrigues da Silva
Escritor Autorizado

[illegible]

UBIRATAN
AIAIME
ALPHAVILLE

TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO DE BANQUER
UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES - TABELÃO
AL. GRAJAU, 275 - ALPHAVILLE - BANQUER - SP

Barueri, SP 27 JUL 2016 FOR ATO R\$ 3.05

AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA REDUZIDA.
CONFORME ORIGINAL A MIM APRESENTADO, DOU FÉ.
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



Artur Rodrigues da Silva
Escritor Autorizado



Artur Rodrigues da Silva
Escritor Autorizado

ESPAÇO EM
BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: MARTA APARECIDA DOS SANTOS FRANCOZO

DOC. IDENTIDADE / Org. Emissor / UF: 13987532 SSP/SP

CPF: 073.291.928-21 DATA NASCIMENTO: 03/06/1964

FILIAÇÃO: ROMINDO FRANCOZO
HELENA APARECIDA DOS SANTOS FRANCOZO

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: C

Nº REGISTRO: 03320614482 VALIDADE: 30/06/2019 1ª HABILITAÇÃO: 14/10/1983

SAO PAULO

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: SAO PAULO, SP DATA EMISSÃO: 01/07/2014

ASSINATURA DO EMISSOR

85215366940
SP635681290

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE BARUERI
UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES - TABELIÃO
AL. GRAJAU, 279 - ALPHAVILLE - BARUERI - SP

Barueri, SP 27 JUL. 2016 POR ATO R\$ 3.05

AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRAFICA
CONFORME ORIGINAL A MIM APRESENTADO DOU RE.
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

12094
AUTENTICAÇÃO
0107A00498584

Luiz Tadeu da Costa
Escritor Autorizado

ESPAÇO EM
BRANCO

ANEXO 3



C – PLANO DE TRABALHO / METODOLOGIA DE TRABALHO

- I – Relação das Atividades e Tarefas necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos
- II – Metodologia das Atividades relacionadas aos aspectos administrativos
- III – Metodologia das Atividades relacionadas aos aspectos técnicos
- IV – Metodologia das Atividades relacionadas aos aspectos financeiros e contábeis

Fral Consultoria Ltda
Correspondência: Av. Copacabana, 177 15º Andar Conj. 151 – Empresarial 18 do Forte - Barueri / SP CEP 06472-001
Tels.: (11) 5093-3591 / 5093-7709 – Fax: (11) 5543-1430
CNPJ 03.559.597/0001-05
Inscrição Municipal CCM 15.876

000558

10



1 METODOLOGIA E PROGRAMA DE TRABALHO

Apresentam-se, neste item, a metodologia e o programa de trabalho para o desenvolvimento das atividades referentes a elaboração do PMGIRS dos municípios de Vassouras, Resende, Barra Mansa e Arujá.

1.1 PRODUTOS

O PMGIRS é parte de um processo que objetiva provocar uma gradual mudança de atitudes e hábitos na sociedade municipal cujo foco vai desde a geração até a destinação final dos resíduos, portanto, o Plano vai além da finalização de um documento, pois corresponde a todo um processo que parte da elaboração, implementação, acompanhamento indo até a sua revisão.

As peculiaridades locais e regionais e, principalmente, a capacidade de articulação dos agentes e gestores envolvidos definirão a abrangência do plano de gestão.

De modo a facilitar a elaboração do Plano, o mesmo será dividido em produtos. Na construção de tais produtos serão sempre identificadas as fontes, a metodologia utilizada e os memoriais de cálculo, se existentes.

Os produtos que constituirão o plano são discriminados a seguir:

- Produto 1: Legislação Preliminar
- Produto 2: Caracterização Municipal
- Produto 3: Diagnóstico Municipal Parcitipativo
- Produto 4: Prognóstico
- Produto 5: Versão Preliminar do PMGIRS
- Produto 6: Versão Final do PMGIRS
- Produto 7: Relatório Síntese do PMGIRS



Organização do Projeto Participativo

O processo de elaboração do PMGIRS se baseará na participação social e organização institucional do processo participativo e à caracterização dos resíduos sólidos. Quanto ao processo participativo, ressalta-se a da criação do **Comitê Diretor Local**, formado por representantes dos principais órgãos municipais, e do **Grupo de Sustentação**, organismo político de participação social composto por representantes do setor público e da sociedade organizada, para atuar no processo de discussão, formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.

- **Comitê Diretor Local:** A prefeitura deverá nomear no mínimo 5 (cinco) representantes (gestores ou técnicos) dos principais órgãos municipais envolvidos no tema (secretarias de meio ambiente, agricultura, obras, saúde, financeira e outras). O Comitê deverá acompanhar e cooperar no processo de mobilização social; deliberar sobre estratégias e mecanismos que assegurem a implantação do plano; propor e garantir locais para realização das reuniões técnicas e audiências públicas; sugerir alternativas sobre o ponto de vista local; validar os conteúdos técnicos que serão apresentados nas audiências públicas, e participar das audiências públicas.
- **Grupo de Sustentação:** O Grupo de Sustentação será o fórum responsável por garantir o debate e o engajamento de todos os segmentos relacionados com a gestão de resíduos sólidos ao longo do processo participativo nas audiências públicas, e por ajudar na consolidação do PMGIRS.
- **Reuniões de Trabalho:** serão realizadas reuniões periódicas, devendo ser a primeira na mesma data da assinatura do contrato, entre a consultora contratada e o Comitê Diretor Local.
- **Oficinas:** ocorrerão oficinas com o Comitê Diretor Local antecedendo as audiências públicas, para apresentação e discussão de propostas, apresentação de dados obtidos na fase de diagnóstico, discussão sobre alternativas estudadas, avaliação e definição do modelo de gestão e manejo



de resíduos sólidos, validação dos produtos, apresentação da proposta final consolidada, entre outras ações.

São previstas as seguintes oficinas:

Tabela 1.- Oficinas a serem realizadas

Descrição das Oficinas a serem realizadas	
Produto	Oficina
Produto 3	Oficina sobre Caracterização e Legislação
	Oficina de Apresentação do Diagnóstico Participativo
Produto 4	Oficina da Apresentação e Análise do Prognóstico
Produto 5	Oficina do PMGIRS

Audiência Pública: o conteúdo técnico da Audiência Pública será apresentado para o Comitê Diretor Local, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data da audiência.

A divulgação, os convites, a estruturação, a organização, a condução, a apresentação e defesa do conteúdo técnico, a sistematização e elaboração de relatório do evento será de inteira responsabilidade da consultora.

Segue tabela demonstrando a Audiência Pública prevista:

Tabela 3.- Audiência a ser realizada

Descrição da Audiência a ser realizada	
Produto	Audiência Pública
Produto 6	Validação da Versão Preliminar do PMGIRS

Relatórios Técnicos das Audiências – RT Audiências: após a realização da audiência será elaborado relatório descrevendo a metodologia adotada, os pontos fracos e fortes do evento, registro por meio de ata, lista de presença, memorial fotográfico, lista de contribuições dos participantes.

Produtos

Apresenta-se, na sequência, o conteúdo de cada um dos produtos supracitados e a metodologia para elaboração dos mesmos

Fral Consultoria Ltda
Correspondência: Av. Copacabana, 177 15º Andar Conj. 151 – Empresarial 18 do Forte – Barueri / SP CEP 06472-001
Tels.: (11) 5093-3591 / 5093-7709 – Fax: (11) 5543-1430
CNPJ 03.559.597/0001-05
Inscrição Municipal CCM 15.876

000561



Produto 1 – Legislação Preliminar

Neste produto serão apresentados os levantamentos e análises da legislação federal, estadual e a integração das mesmas com a legislação municipal e decretos regulamentadores, na área de resíduos sólidos, educação ambiental e saneamento básico.

Considerando as legislações acerca dos resíduos sólidos no âmbito nacional (representada principalmente pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, que integra a Política Nacional de Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, de Saneamento Básico, de Mudança do Clima e com a lei dos Consórcios Públicos) e com legislações estaduais existentes (as quais muitas vezes são mais restritivas do que as próprias diretrizes da PNRS), a necessidade do levantamento de todo o acervo legislativo a cerca de resíduos se dá com o intuito de checar a compatibilidade do mesmo com o Plano que será elaborado evitando, desta forma, que o município incorra em ilegalidade.

Igualmente importante é conhecer a situação orçamentária do município. Sendo assim, o trabalho de levantamento legislativo contemplará pesquisas a cerca da Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), identificando os recursos investidos em determinado projeto de gestão de resíduos, contratos em vigência e, principalmente, a possibilidade de aporte de recursos suplementares, no âmbito estadual e/ou federal, e outras fontes de financiamento para a implementação do Plano.

Serão avaliadas a existência de convênios com empresas de limpeza urbana e com cooperativas, associações ou grupos de catadores, objetivando a melhoria ou implementação desses serviços.

Será verificada, ainda, a regulamentação referente aos resíduos de responsabilidade dos setores comercial, industrial, de saúde e de construção civil, visando à formação de parcerias e ao atendimento das exigências dos planos de gerenciamentos, de acordo com o art. 20 da Lei Federal nº 12.305/2010. Além disso, será analisada a



regulamentação existente referente aos resíduos e fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de que trata o art. 33 da mesma Lei.

Cabe ressaltar que o levantamento e a análise inicial da legislação existente podem sofrer alterações no decorrer da elaboração do Plano. Para tanto, haverá levantamento e análises preliminares à elaboração do Plano e a consolidação do acervo legislativo se dará no momento da finalização do mesmo.

Todo o acervo legislativo será levantado de fontes oficiais seja por meio físico ou digital e as fontes serão citadas.

Produto 2 – Caracterização Municipal

O produto 2 será composto pela caracterização do município em relação aos dados geográficos, socioeconômicos, ambientais, dentre outros. A caracterização do município abrangerá, dentre outros, os seguintes itens:

- Localização e acessos,
- Histórico,
- Turismo, cultura e lazer:
 - Corporações musicais
- Geografia Física:
 - Climatologia,
 - Geologia,
 - Geomorfologia,
 - Pedologia
 - Relevo,
 - Recursos Naturais,
 - Hidrologia,
 - Qualidade do Ar,
- Organização Territorial e Político- Administrativa:
 - Distritos;
 - Poderes;
 - Características Urbanas;



- o Dispositivos legais de zoneamento urbano, disciplinadores do uso e ocupação do solo;
- o Uso e Ocupação do Solo,
- o Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico
- o Indicadores Demográficos,
- o Indicadores de Qualidade de Vida (saúde, educação e cultura, saneamento básico, índices de avaliação de qualidade de vida)
- o Infraestrutura de Transportes
- Macroinformações socioeconômicas
 - o Educação,
 - o Trabalho e Renda,
 - o Saúde,
 - o Economia,
 - o Disponibilidade de Recursos,
 - o Indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos.

A coleta dos dados para a caracterização municipal será realizada de maneira a se integrar com o Plano a ser elaborado.

Serão utilizados, sempre que possível, dados primários para a caracterização do município. Nos casos de impossibilidade ou inexistência dos mesmos se fará uso de dados secundários disponibilizados em fontes de informações confiáveis.

Produto 3 – Diagnóstico Municipal Participativo

Na elaboração do Diagnóstico serão indicadas todas as fontes de informações apresentadas, classificando-as em primárias (coleta de dados in loco, questionários, entre outros) ou secundárias.

Para elaboração do diagnóstico será considerado, se existente, o diagnóstico do Setor de Resíduos Sólidos constante Plano Municipal de Saneamento de Básico, e as informações constantes em demais estudos da Região.

Excetuando-se as leis maiores (Lei 12.305 e Lei 11.445) que consolidam disciplinas para vários resíduos, existem legislações específicas e normas brasileiras, aplicáveis



aos resíduos que serão diagnosticados, e que precisam ser analisadas, para que o planejamento das ações seja desenvolvido de forma adequada.

Neste Diagnóstico serão levantados e identificados todos os resíduos sólidos gerados no município. Os mesmos serão classificados quanto à origem, características físicas, composição química, periculosidade, risco, etc.

Aspectos Socioeconômicos

A caracterização dos resíduos se dará segundo o volume gerado no município. Conforme a Pesquisa de Saneamento Básico do IBGE (2000), existe uma tendência de aumento na geração de lixo domiciliar *per capita* em proporção direta com o número de habitantes, e a composição dos resíduos normalmente acompanha a renda da população: quanto maior a renda, maior a proporção de materiais recicláveis nos resíduos gerados. A população do município, responsável pela geração dos resíduos, será caracterizada considerando a evolução do número de habitantes e das taxas de crescimento populacional, bem como a densidade demográfica. Para esses dados pode-se traçar séries históricas a partir dos registros de 1991, 1996, 2000, 2007, 2010 e 2014. A distinção entre a população urbana e a rural se dará a partir de dados censitários. Serão utilizadas informações disponíveis no IBGE para o município por setores censitários, o que permitirá obter um conjunto significativo de dados desagregados por bairros: população, número de domicílios, densidade demográfica, existência de favelas ou habitações precárias, etc.

A inexistência de dados precisos não inibirão o lançamento de informações qualitativas como, por exemplo: bairros com densidade demográfica baixa, média e alta. Quanto às informações econômicas, será considerado o Produto Interno Bruto (PIB) municipal, o PIB per capita e as atividades econômicas dominantes, tanto no município como na região. Na caracterização econômica do município se buscará informações sobre a mobilidade social local decorrente das recentes mudanças no perfil de renda e consumo da população. A página do IBGE Cidades poderá ser consultada, assim como os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, que consolida informações obrigatórias das indústrias locais (estatísticas do trabalho e do mercado de trabalho), o Cadastro Geral de





Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o cadastro dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Resíduos Sólidos com maior relevância

Será registrada a situação dos resíduos sólidos no município através da elaboração de um quadro geral, focado nos problemas mais frequentes e identificando os resíduos com presença mais significativa (em volume), conforme as especificidades local.

Se buscará, ainda, informações sobre a existência de práticas de coleta seletiva de embalagens e outros resíduos secos, iniciativas de compostagem de orgânicos e manejo dos resíduos da construção no município. No tocante às alternativas de destinação e disposição final, os dados mais importantes a serem levantados são: existência de "lixão", de bota foras de RCC, de instalações adequadas como aterros sanitários, de galpões de triagem, de áreas de transbordo dentre outros.

Será apresentada a seguinte tabela contendo os resíduos produzidos no Município e os problemas mais freqüentes relacionados aos mesmos:

Tabela 4.- Resíduos e problemas com maior relevância

Resíduos Sólidos									
Município	Popul.	Resíduos com maior presença (em volume)				Problemas mais frequentes no sistema de limpeza urbana			
		Domiciliares secos	Domiciliares úmidos	Construção e demolição	Outros	Lixo na rua	Lixo nos cursos d'água	Poluição em águas subterrâneas e superficiais	Incômodos em torno da disposição final

Situação dos tipos de Resíduos Sólidos

O diagnóstico promoverá uma análise detalhada da situação de todos os tipos de resíduos produzidos localmente. Desta forma, deverá ser apresentada uma tabela contendo estes dados.



A prioridade será dada, sempre, aos dados localmente existentes, mas a ausência destes, ou sua imprecisão, não inibirão o lançamento de informações construídas com base em indicadores gerais, regionais ou nacionais. Pode ser útil, na inexistência de informação local, o uso de indicador extraído de informação prestada por município próximo, assemelhado, que seja partícipe do SNIS.

Segue tabela a ser apresentada para os diversos tipos de resíduos.

Tabela 5.- Tipos de Resíduos e Abordagens

Situação dos Resíduos Sólidos Municipal									
Tipos de resíduos e abordagens sugeridas	Dados gerais e caracterização	Geração	Coleta e Transporte	Destinação e Disposição Final	Custos	Competências e responsabilidades	Carências e Deficiências	Iniciativas Relevantes	Legislação e normas brasileiras aplicáveis
domiciliares RSD - coleta convencional									
domiciliares RSD - secos									
domiciliares RSD - Úmidos									
limpeza pública									
construção e demolição - RCC volumosos									
verdes									
serviços de saúde									
equipamentos eletroeletrônicos									
pilhas e baterias									
lâmpadas									
pneus									
óleos lubrificantes e embalagens									
agrotóxicos									
sólidos cemiteriais									
serviços públicos de saneamento básico									
óleos comestíveis industriais									
serviços de transportes									
agrosilvopastoris									
mineração									



Será realizado estudo de caracterização qualitativa e quantitativa (%), dos resíduos sólidos urbanos gerados no município, informando a metodologia (frequência, escolha da amostra e divisão das categorias) usada, consagrada pela técnica acadêmica e profissional. Segue tabela que será apresentada com o mínimo de elementos abordados.

Tabela 6.- Caracterização dos resíduos sólidos urbanos

Caracterização dos resíduos sólidos urbanos											
Município	Metal total	Alumínio	Aço	Papel, papelão e tetrapak	Plástico total	Plástico filme	Plástico rígido	Vidro	Orgânico	Outros	Fortes

Classificação, geração, coleta e transporte

Serão relacionados e classificados todos os resíduos existentes no município, as condições de geração e as formas de coleta e transporte adotadas. Tais informações serão apresentadas em forma de tabela.

Será descrito o índice de cobertura que a coleta atinge e os tipos de veículos utilizados. Sobre estes será desenvolvida uma análise qualitativa com base nas seguintes questões:

- A cobertura atual é significativa?
- Está muito distante o propósito de universalização da coleta destes resíduos?
- O número de veículos é adequado? O estado de conservação é adequado?
- A frequência com que a coleta é realizada é suficiente?
- Como são atendidas vilas, distritos e áreas de habitação precária?
- Há limite de volume para o serviço público de coleta?
- Existe pesquisa de satisfação dos usuários com o serviço?
- Os geradores obedecem o horário para a disponibilização dos resíduos para coleta?
- Qual o percentual destes resíduos que são coletados fora do sistema porta a porta?



Destinação e Disposição Final

Será apresentada informações sobre a existência ou não de instalações destinadas a disposição final dos resíduos. Serão identificadas aquelas voltadas para a captação de resíduos como entulhos, volumosos e outros, tais como: Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), Ecopontos, Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes, pontos de captação de pilhas, eletrônicos, etc. É importante verificar a existência de indústrias de reciclagem dos diferentes tipos de resíduos, no município e na região, bem como as características de comercialização e de transporte.

Informações sobre catadores

Será realizado o levantamento de informações sobre catadores, suas organizações, a presença de ONGs dedicadas à temática da coleta seletiva de resíduos secos e iniciativas do poder público local.

Apresenta-se, na sequência, tabela modelo sobre catadores e cooperativas

Tabela 7.- Catadores

Catadores						
Município	Pop.	nº de catadores existentes	nº de cooperativas ou associações	nº de catadores participantes	nº de ONGs existentes	Ações do poder público

Estrutura Operacional, fiscalizatória e gerencial

Será apresentada uma análise qualitativa e um registro quantitativo dos recursos humanos e equipamentos disponibilizados para o gerenciamento dos resíduos sólidos, por órgão responsável: de limpeza urbana, fiscalização, serviços públicos, meio ambiente e outros.

O registro dessas informações permitirá identificar as fragilidades e pontos fortes da estrutura operacional e gerencial do município, abrindo espaço para a discussão de soluções consorciadas e estáveis para a gestão dos resíduos.



Segue tabelas a serem apresentadas contendo o levantamento de dados sobre capacidade operacional e gerencial.

Tabela 8.- Capacidade Operacional

Estrutura operacional, fiscalizatória e gerencial													
Município	Pop.	Órgão	Capacidade Operacional										
			Recursos Humanos						Equipamentos				
			qualitativas			quantitativa			qualitativa		quantitativa		
			poucos	suficientes	nível médio	operacionais	fiscais exclusivos		poucos	suficientes	veículos pesados	veículos leves	captsps de carga
		Órgão 1 nome											
		Órgão 2 nome											
		Órgão 3 nome											

Tabela 9.- Capacidade Gerencial (Recursos Humanos)

Estrutura operacional, fiscalizatória e gerencial						
Município	População	Órgão	Capacidade Gerencial (recursos humanos)			
			qualitativa		quantitativa	
			poucos	suficientes	nível superior	nível médio
		Órgão 1 nome				
		Órgão 2 nome				
		Órgão 3 nome				

Indicadores para os serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos

Serão definidos indicadores, tendo como referência aqueles eleitos pelo SNIS:

- Taxa de cobertura do serviço de coleta de resíduos domiciliares em relação à população urbana;
- Frequência de realização da coleta domiciliar e varrição dos logradouros;
- Quantidade de resíduos domiciliares coletados (resíduos orgânicos e material reciclável);
- Porcentagem de domicílios atendidos pela coleta seletiva;



- Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica) em relação à quantidade total de resíduos domiciliares e resíduos de limpeza pública coletada;
- Relação entre o rejeito acumulado e o material recebido para tratamento,
- Autossuficiência financeira do município com o manejo de resíduos sólidos urbanos;
- Despesa *per capita* com manejo de resíduos sólidos urbanos em relação à população urbana;
- Taxa de empregados em atividades relativas a resíduos sólidos em relação à população urbana (exceto empregados temporários de frente de trabalho).

Custos de Despesas gerais

O diagnóstico dos custos deverá ser detalhado. É preciso investigar as diversas despesas que incidem sobre o conjunto de resíduos abordados. É necessário organizar os dados sobre custos diretos de operações de coleta e transporte, de destinação e disposição, inclusive os custos de limpeza corretiva em pontos viciados de deposição irregular.

As informações sobre custos indiretos, tais como os de fiscalização, combate a vetores, administrativos, os relativos à amortização e depreciação de investimentos e outros serão também relacionados.

Como resultado teremos as despesas todas compiladas apresentadas em tabela, bem como o valor a ser definido de um indicador que relacione as "despesas com manejo dos resíduos sólidos urbanos" e as "despesas correntes municipais".

Participação do poder público local na coleta seletiva, na logística reversa e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos

O art. 33 da Lei Federal nº 12.305/2010 aponta que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, produtos eletroeletrônicos e seus componentes são



obrigados a implementar sistemas de logística reversa de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

No que diz respeito à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, conforme art. 36 da Lei Federal nº 12.305/2010, e, priorizando a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis:

Será diagnosticada a participação do poder público local no que diz respeito a adoção de procedimentos para:

- o reaproveitamento dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;
- estabelecimento de sistema de coleta seletiva;
- implantação de sistema de compostagem de resíduos, além da articulação entre os atores no que diz respeito a utilização do composto produzido;
- garantir a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Gases Estufa

Será diagnosticada a existência ou não de tecnologias que visem a recuperação energética dos resíduos, tendo em vista a emissão de gases de efeito estufa originada da decomposição de resíduos orgânicos, presentes principalmente nos resíduos urbanos e agrossilvopastoris.

Ações Preventivas e Corretivas

Serão verificadas, a fim de se complementar o diagnóstico, a existência de ações preventivas e corretivas relacionadas aos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos.

Ações Emergenciais e de Contingência

Serão levantadas todas as ações emergenciais e de contingência existentes no município para o controle de situações de risco e agravos à realização e regularidade dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Fral Consultoria Ltda
Correspondência: Av. Copacabana, 177 15º Andar Conj. 151 – Empresarial 18 do Forte - Barueri / SP CEP 06472-001
Tels.: (11) 5093-3591 / 5093-7709 – Fax: (11) 5543-1430
CNPJ 03.559.597/0001-05
Inscrição Municipal CCM 15.876

000572



Legislação Local em Vigor

As legislações levantadas e analisadas no Produto 1, bem como a integração das mesmas com a legislação municipal e decretos regulamentadores, na área de resíduos sólidos, educação ambiental e saneamento básico, serão elencadas.

A elaboração do PMGIRS demandará, ao final, a realização de ajustes na legislação existente.

Competências e Responsabilidades

Para melhor visualizar as competências e responsabilidades pelo manejo de cada um dos resíduos será elaborada uma tabela síntese, destacando: os agentes com responsabilidade pelo serviço público a ser prestado (limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos domiciliares), com responsabilidade pública enquanto gerador público e responsabilidades privadas, quanto à geração, transporte e recepção de resíduos. Devem também ser destacados os responsáveis pela estruturação e implantação de sistemas de logística reversa, e as responsabilidades pela elaboração e implementação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos.

O PMGIRS definirá discussões acerca das responsabilidades, decorrentes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, deixando claro que a não observância de suas diretrizes, sujeitarão os infratores a sanções legais, em especial as fixadas na Lei Federal 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e seu Decreto Regulamentador 6.514/2008.

Carências e Deficiências

Serão identificadas as principais carências e deficiências de gestão, registrando fatos como:

- o não atingimento da universalidade na prestação do serviço público;
- a ausência da coleta continuada de resíduos em aglomerados precários tanto na área urbana como rurais e em distritos distantes;
- a ocorrência de pontos viciados com deposição irregular de resíduos diversos;



- a inexistência de controle da ação de agentes privados: geradores de RSS, transportadores e receptores de RCC, sucateiros/ ferro velho;
- as dificuldades gerenciais com destaque para as questões relacionadas a recursos humanos;
- as fragilidades de sustentação econômica, dentre outras.

Iniciativas Relevantes

Serão registrados fatos relevantes que ocorrem no município e/ou região de influência considerada a gestão integrada de resíduos sólidos: empresas com políticas socioambientais estruturadas e com ações no município; escolas e associações de bairro que desenvolvem projetos com a população; cooperativas ou associações de catadores; ONGs com projetos implantadas na região, etc.

Mobilização Social / Construção de Blog / acesso no Portal Web da Prefeitura

Será implantado um acesso Web para atender o desenvolvimento dos PMGIRS do município, com a finalidade de servir como um dos meios para a mobilização social dos envolvidos na elaboração do Plano.

Assim, o acesso no Portal da Prefeitura será o principal meio de divulgação do andamento do Plano e de seus eventos, bem como instrumento para disponibilização dos conteúdos produzidos durante a elaboração do mesmo, cumprindo a função de difusão das informações para a sociedade e para os técnicos envolvidos nesta área.

Projeto de Mobilização Social - PMS

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS requer a elaboração de um modelo de planejamento participativo, sendo que a colaboração dos representantes dos setores envolvidos com o tema e da sociedade em geral deve ocorrer ao longo de todo o período de elaboração do Plano.

Será elaborado um Projeto de Mobilização Social – PMS definindo-se a metodologia, mecanismos e procedimentos que permitam sensibilizar o maior número de



representantes dos setores envolvidos para o trabalho, mobilizando-os para contribuir e se corresponsabilizar com o processo.

Para a concretização destes requisitos o PMS conterá os seguintes objetivos:

- o Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do PMGIRS;
- o Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nas fases decisórias do Plano;
- o Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento, acompanhamento e fiscalização das ações previstas.

Produto 4 – Prognóstico

Para a elaboração do Plano serão consideradas todas as informações coletadas, sistematizadas e analisadas no diagnóstico geral, e a partir dos resultados obtidos identificadas as principais tendências (evolução demográfica, consumo e renda per capita, evolução da situação de emprego, desempenho das atividades econômicas locais e regionais; alterações físicas provenientes de obras de infraestrutura ou mudanças no ambiente, entre outros aspectos) e avaliados os impactos das tendências consideradas mais importantes, na geração e gestão dos resíduos sólidos (por exemplo: se haverá incremento na geração de resíduos, e quais deles ocasionarão dificuldades mais significativas).

As diretrizes e estratégias a serem adotadas no PMGIRS serão definidas no início do processo de elaboração do Prognóstico e compatíveis com as exigências da Lei 12.305/2010 e Lei 11.445/2007, com especial ênfase na sustentabilidade econômica e ambiental do PMGIRS, e na inclusão social dos catadores de materiais recicláveis. Deverão ser identificadas as ações compartilhadas com outras instâncias de governo, tendo em vista a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa - GEEs oriundos da decomposição de resíduos orgânicos.

No prognóstico realizam-se projeções para as diversas tipologias de resíduos sólidos, tais como: resíduos sólidos urbanos (RSU), resíduos de serviços de saúde (RSS), da construção civil (RCC), resíduos industriais e resíduos especiais. São



sugeridas, na elaboração do prognóstico, ações a serem tomadas para o aprimoramento da gestão destes materiais.

Definição das Responsabilidades Públicas e Privadas

Basicamente, e sem prejuízo da responsabilidade compartilhada, estas responsabilidades são as seguintes:

- Serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos domiciliares: órgão público competente (autarquia intermunicipal na forma de Consórcio Público ou órgão municipal, isoladamente);
- Resíduos gerados em próprios públicos: gestor específico (RSS gerado em hospitais públicos, RCC gerado em obras públicas, resíduos de prédios administrativos, etc.);
- Resíduos gerados em ambientes privados: gerador privado (atividades em geral);
- Resíduos definidos como de logística reversa: fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes;
- Resíduos com Plano de Gerenciamento obrigatório: gerador privado (instalações de saneamento, indústrias, serviços de saúde, mineradoras, construtores, terminais de transporte e outros);
- Acondicionamento adequado e diferenciado, e pela disponibilização adequada para coleta ou devolução: consumidor/gerador domiciliar (municípios em geral).

O PMGIRS estabelecerá o limite entre pequenos geradores, atendidos pelos serviços públicos de manejo de resíduos, e os grandes geradores, responsáveis diretos pelo gerenciamento, e possivelmente, pela elaboração e implementação de plano específico.

É de fundamental importância identificar os diversos fluxos de resíduos que serão objeto de ações específicas direcionando maior atenção nos que apresentam volumes mais significativos: resíduos secos, orgânicos, rejeitos e resíduos da construção, ou outros. Para estes resíduos serão elaborados programas prioritários.

Análise de Cenários Futuros

Serão construídos cenários futuros que descrevam hipóteses de situações possíveis, imagináveis ou desejáveis. Estes cenários, tal como tratados no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, permitem uma reflexão sobre as alternativas de futuros e servirão



de referencial para o planejamento no horizonte temporal adotado, refletindo as expectativas favoráveis e desfavoráveis para aspectos como: crescimento populacional; intensidade de geração de resíduos; mudança no perfil dos resíduos; incorporação de novos procedimentos; novas capacidades gerenciais, etc.

Serão construídos no mínimo 3 (três) cenários, sendo o primeiro a projeção do diagnóstico sem alteração da gestão existente, mostrando como ficaria a situação futura no horizonte de planejamento previsto. As discussões dos demais cenários devem levar à escolha do cenário de referência, o qual subsidiará a elaboração de diretrizes, estratégias, metas, programas, projetos e ações, para os próximos 20 (vinte) anos.

As informações obtidas serão disponibilizadas em quadro de referência, contemplando: a formulação dos cenários, a avaliação dos cenários identificados e a viabilidade de implementação do(s) cenário(s) selecionado(s).

Diretrizes, Estratégias, Programas, Ações e Metas para o Manejo diferenciado dos Resíduos Sólidos

As diretrizes são as linhas norteadoras, e as estratégias os meios para implementação, que definirão as ações e os programas para que as metas sejam atingidas.

O planejamento das ações seguirá uma lógica investigativa, conforme segue abaixo:

- Diretrizes (O QUÊ?) – quais são as diretrizes específicas que deverão ser atendidas pelo plano?
- Estratégias (COMO?) – quais são as estratégias de implementação (legais; instalações; equipamentos, mecanismos de monitoramento e controle) necessárias para o cumprimento do plano?
- Metas (QUANTO e QUANDO?) – quais são os resultados e prazos a serem perseguidos pelas ações concebidas?
- Programas e ações (COM QUEM?) – quais são os agentes públicos e privados envolvidos e quais as ações necessárias para efetivação da política de gestão?



O planejamento das ações culminará na geração de uma tabela base onde estarão incluídas as propostas para todos os tipos de resíduos identificados no município.

O processo de preenchimento da tabela revelará os resíduos para os quais será necessário um planejamento mais detalhado, gerando os programas prioritários.

Tabela 10.- Diretrizes, Estratégias, Programas, Ações e Metas para o Manejo Diferenciado dos Resíduos Sólidos

Diretrizes, Estratégias, Programas, Ações e Metas para o Manejo Diferenciado dos Resíduos Sólidos				
Tipos de resíduos e abordagens sugeridas	O que?	Como?	Quanto? Quando?	Com quem?
	Diretrizes	Estratégias	Metas Quantitativas	Programas e Ações

Diretrizes Específicas

A legislação federal estabelece que sejam feitos esforços para: a não geração e redução dos resíduos; otimização da reutilização e reciclagem; adoção de tratamentos quando necessários e, disposição adequada dos rejeitos.

Estratégias de implementação e redes de áreas de manejo local ou regional

O Ministério do Meio Ambiente incentiva a implantação de um Modelo Tecnológico que privilegia: o manejo diferenciado; a gestão integrada dos resíduos sólidos, com inclusão social; a formalização do papel dos catadores de materiais recicláveis e o compartilhamento de responsabilidades com os diversos agentes. Esse modelo pressupõe um planejamento preciso do território, com a definição do uso compartilhado das redes de instalações para o manejo de diversos resíduos, e com a definição de uma logística de transporte adequada, para que baixos custos sejam obtidos. A consulta ao Plano Diretor auxiliará na escolha da melhor localização das áreas de manejo local e/ou regional.

Segue exemplos de instalações para o manejo diferenciado e integrado, regulado, normatizado.

- PEVs: Pontos de Entrega Voluntária (Ecopontos) para acumulação temporária de resíduos da construção e demolição, de resíduos volumosos, da coleta seletiva e resíduos com logística reversa (NBR 15.112).



- LEVs – Locais de Entrega Voluntária de Resíduos Recicláveis – contêineres, sacos ou outros dispositivos instalados em espaços públicos ou privados monitorados, para recebimento de recicláveis.
- Galpões de triagem de recicláveis secos, com normas operacionais definidas em regulamento.
- Unidades de compostagem/biodigestão de orgânicos.
- ATTs – Áreas de Triagem e Transbordo de resíduos da construção e demolição, resíduos volumosos e resíduos com logística reversa (NBR 15.112).
- Áreas de Reciclagem de resíduos da construção (NBR 15.114).
- Aterros Sanitários (NBR 13.896).
- ASPP - Aterros Sanitários de Pequeno Porte com licenciamento simplificado pela Resolução CONAMA 404 e projeto orientado pela nova norma (NBR 15.849).
- Aterros de Resíduos da Construção Classe A (NBR 15.113).

Metas Quantitativas e Prazos

Serão fixadas metas quantitativas por período, harmonizando a exigência legal (prevendo revisão a cada 4 anos, prioritariamente, no mesmo período de elaboração dos planos plurianuais).

Programas e Ações

Serão previstas ações que se refletirão na gestão de todos os resíduos:

- disciplinar as atividades de geradores, transportadores e receptores de resíduos, exigindo os Planos de Gerenciamento quando cabível;
- modernizar os instrumentos de controle e fiscalização, agregando tecnologia da informação (rastreamento eletrônico de veículos, fiscalização por análise de imagens aéreas);
- formalizar a presença dos catadores organizados no processo de coleta de resíduos, promovendo sua inclusão, a remuneração do seu trabalho público e a sua capacitação;
- formalizar a presença das ONGs envolvidas na prestação de serviços públicos;
- tornar obrigatória a adesão aos compromissos ambientais assumidos, incluído o processo de compras sustentáveis, para todos os órgãos da administração pública local;
- valorizar a educação ambiental como ação prioritária;



- incentivar a implantação de econegócios por meio de cooperativas, indústrias ou atividades processadoras de resíduos.

Definição de áreas para disposição Final

O PMGIRS deverá, ao lado das definições relativas ao encerramento de lixões (quando houver) e bota foras, apresentar as diretrizes para as áreas adequadas para disposição final. É importante, nesta questão, a decisão sobre a adesão dos municípios à gestão associada.

O PMGIRS também deverá apontar soluções ambientalmente adequadas para a disposição final de outros rejeitos, como os da construção civil e os rejeitos de resíduos perigosos. No caso dos resíduos da construção civil, a Resolução CONAMA 307/2002 prevê a disposição final de rejeitos dos resíduos classe A em aterros que possibilitem o uso do espaço aterrado para alguma função urbana após o encerramento, e os aterros de reservação para os resíduos classe A, triturável, onde são acondicionados temporariamente à espera de um aproveitamento futuro (NBR 15113:2004).

Ações relativas aos resíduos com logística reversa

A responsabilidade pela estruturação e implementação dos sistemas de logística reversa de alguns resíduos está bem definida na Lei 12.305 como sendo dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes. Aos consumidores caberá a responsabilidade de acondicionar adequadamente e disponibilizar os resíduos para coleta ou devolução. No planejamento das ações, serão determinadas, primeiramente para os seis resíduos com logística reversa já estabelecida : produtos eletrônicos, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, pneus, agrotóxicos e embalagens, óleos lubrificantes e embalagens - as diretrizes e estratégias, as metas e ações, para cada um deles, tendo como referência os acordos setoriais estabelecidos ou em processo de discussão.

Indicadores de Desempenho para os Serviços Públicos

O PMGIRS considerará como critérios estratégicos para avaliação dos serviços:

- a universalidade: os serviços devem atender toda a população, sem exceção;



- a integralidade do atendimento: devem ser previstos programas e ações para todos os resíduos gerados;
- a eficiência e a sustentabilidade econômica;
- a articulação com as políticas de inclusão social, de desenvolvimento urbano e regional e outras de interesse relevante;
- a adoção de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários, a adoção de soluções graduais e progressivas e adequação à preservação da saúde pública e do meio ambiente;
- o grau de satisfação do usuário.

Serão selecionados os seguintes indicadores gerais:

- Incidência das despesas com o manejo de resíduos sólidos nas despesas correntes da prefeitura (SNIS 001);
- Despesa *per capita* com manejo de resíduos sólidos em relação à população (SNIS 006);
- Receita arrecadada *per capita*;
- Auto-suficiência financeira da prefeitura com o manejo de resíduos sólidos (SNIS 005);
- Taxa de empregados em relação à população urbana (SNIS 001);
- Incidência de empregados próprios no total de empregados no manejo de resíduos sólidos (SNIS 007);
- Incidência de empregados gerenciais e administrativos no total de empregados no manejo de resíduos sólidos (SNIS 010).

Serão construídos indicadores para resíduos que se mostrem localmente significativos, como os de serviços de transporte, minerários, agrosilvopastoris, ou ainda, de varrição ou logística reversa. É importante a construção de indicadores para o acompanhamento dos resultados das políticas de inclusão social, formalização do papel dos catadores de materiais recicláveis e participação social nos programas de coleta seletiva.

Iniciativas para a educação ambiental e comunicação

Será preparado um registro das propostas e decisões sobre estes temas após debate com o Comitê Diretor Local, contendo as indicações que irão definir as estratégias de abordagem, estabelecer metas que atendam ao regulamento da política; aos hábitos, comportamentos e peculiaridades locais.



Sistema de cálculo dos custos operacionais e investimentos

Será definido, com validação do Comitê Diretor Local, o sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos, e a forma de cobrança desses serviços. Este sistema estará em conformidade com as diretrizes da Lei Federal de Saneamento Básico, que determina a recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, bem como a geração dos recursos necessários à realização dos investimentos previstos para a execução das metas.

As informações serão organizadas para que, com transparência, estes custos possam ser divulgados.

Na abordagem do tema no PMGIRS receberão especial atenção:

- os investimentos necessários para que os objetivos possam ser atingidos, entre eles a universalidade e a integralidade na oferta dos serviços, contemplando aspectos como investimentos em infraestrutura física, equipamentos de manejo, capacidade administrativa, entre outros;
- o planejamento destes investimentos no tempo, sua depreciação e amortização, segundo o crescimento presumido da geração;
- os custos divisíveis (como os da coleta e manejo dos resíduos domiciliares) e dos custos indivisíveis (varrição e capina, por exemplo);
- a ocorrência de custos por oferta de serviços não considerados enquanto serviços públicos, como a coleta e tratamento de RSS de geradores privados, ou a captação e transporte de resíduos com logística reversa obrigatória (pneus, lâmpadas e outros).

O plano fixará as diretrizes, estratégias e metas para estas questões, possibilitando o desenvolvimento de um trabalho detalhado para sua implementação.

A Lei Federal de Saneamento Básico determina que os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos sejam remunerados pela cobrança de taxas, tarifas ou preços públicos e que estes, tais como a Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos Domiciliares, referente a serviços divisíveis, sejam contemplados com uma sistemática de reajuste e revisão, que permita a manutenção dos serviços.



No tocante a isso, cumprirá papel fundamental o ente regulador, quer seja ele a Câmara de Regulação estabelecida em um Consórcio Público, quer seja uma agência reguladora externa, contratada pelo consórcio ou pelo município isolado, para este papel.

Para o estabelecimento da sistemática de cálculo serão considerados fatores:

- localização dos domicílios atendidos: bairros populares, de renda média ou renda alta;
- as indústrias atendidas se caracterizarem por baixa, média ou elevada geração de resíduos assemelhados aos domiciliares (na faixa limite estabelecida como atendimento enquanto serviço público);
- os estabelecimentos não industriais atendidos se caracterizarem por baixa, média ou elevada geração de resíduos assemelhados aos domiciliares (na faixa limite estabelecida como atendimento enquanto serviço público);
- a presença de terrenos vazios, de pequeno, médio ou grande porte, aos quais os serviços são oferecidos, mesmo que não seja usufruído;

A consideração desses fatores permite, inclusive, a definição de uma política de subsídios para a remuneração dos serviços, definida como obrigatória pela nova legislação.

Forma de Cobrança dos Custos dos Serviços Públicos

A ampla maioria dos municípios brasileiros inclui os custos com os serviços de manejo dos resíduos nas alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), entretanto, diferentes estudos revelam que, independentemente da qualidade dos serviços ofertados, as receitas auferidas não cobrem os custos.

De acordo com a lei federal a cobrança tem que ser feita pelo lançamento de taxa, tarifa ou preço público. É nessa direção (Lei 11.445/2010, Art. 29) que o PMGIRS buscará soluções.

Será estabelecida a diretriz de transparência na demonstração da lógica de cálculo empregada na composição de custos, as proporções entre níveis de geração e outras considerações.



Iniciativas para controle social

O processo de elaboração do PMGIRS garantirá a introdução dos mecanismos de controle social previstos em lei no documento final. A temática estará pautada na audiência e oficinas, para garantir maior legitimidade à discussão da cobrança pela prestação dos serviços.

Ajustes na legislação geral e específica

As diretrizes definidas no PMGIRS para adequação das práticas locais aos conceitos da PNRS poderá demandar o encaminhamento pelo Comitê Diretor Local de propostas de alteração de dispositivos legais existentes, incompatíveis com as novas orientações.

As alterações necessárias podem configurar-se como um Código de Resíduos Sólidos (nos moldes do Código de Obras, Código de Posturas, Código Sanitário, etc.), de abrangência local ou regional.

Programas especiais para as questões e resíduos mais relevantes

Os resíduos de presença mais significativa (em volume), causadores dos problemas mais impactantes serão tratados com estratégias diferenciadas.

Ações para mitigação das emissões dos gases efeito estufa

Serão analisadas cuidadosamente as soluções de transporte de resíduos em geral (reduzindo a emissão de CO₂ nesse quesito) e as soluções de destinação dos resíduos com forte carga orgânica, como os resíduos urbanos úmidos e os agrosilvopastoris (reduzindo a emissão de metano).

Serão definidas diretrizes, estratégias e metas para a redução e o controle dos gases de efeito estufa (GEE) atendendo às diretrizes da PNMC.

Algumas novas tecnologias serão consideradas para a destinação dos resíduos, respeitando-se as prioridades definidas na PNRS em seu Art. 9º, em uma ordem de precedência que deixou de ser voluntária e passou a ser obrigatória. A biodigestão é uma tecnologia limpa, e já vem sendo utilizada, no Brasil, no tratamento do esgoto urbano e de resíduos sólidos de criadouros intensivos, principalmente de suínos e bovinos. É uma alternativa para a destinação de resíduos sólidos e redução de suas



emissões prejudiciais. O Decreto 7.404, regulamentador da PNRS estabelece que, para esta nova tecnologia, não será necessário aguardar regulamentação específica dos ministérios envolvidos.

Para a mitigação de GEE, serão consideradas no planejamento ações para:

- diminuição do transporte mecanizado de todos os tipos de resíduos, visando a redução de emissões;
- captação dos gases resultantes da decomposição dos resíduos úmidos (prazo de geração de gases estimado entre 16 e 50 anos);
- captação dos gases provenientes da decomposição acelerada dos resíduos úmidos urbanos e rurais, por meio de biodigestores (prazo de geração de gases estimado em algumas semanas);
- disposição de resíduos da coleta convencional em aterro sanitário exclusivamente quando já estabilizados por meio da biodigestão;
- maximização dos processos de compostagem, antecedendo-os de biodigestão sempre que possível;
- aproveitamento energético (geração de energia elétrica, vapor, etc.) dos gases produzidos na biodigestão de resíduos úmidos urbanos e rurais.

As ações para mitigação das emissões de gases são extremamente necessárias para a minimização dos impactos no clima, que já são bastante detectáveis. Os municípios, desta forma, compartilharão com a União os esforços para a efetivação dos compromissos internacionais já assumidos.

Produto 5– Versão Preliminar do PMGIRS

Uma vez validadas e compatibilizadas as informações produzidas anteriormente, será elaborada a versão preliminar (consolidação dos dados) do PMGIRS. Tal versão preliminar será objeto de discussão na audiência pública municipal e na consulta pública. Compreende o diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos, cenários, metas, diretrizes e estratégias para o cumprimento das metas.

O propósito da audiência e consulta pública é colher sugestões e contribuições, tanto de setores especializados (prestadores privados de serviços, universidades e centros de ensino, empresas privadas que atuam na área), setor público e da



sociedade em geral, sobre as diretrizes, estratégias e metas apresentadas, como também identificação de propostas de programas que irão orientar a política de resíduos sólidos no município.

Ressalta-se que o PMGIRS possuirá um texto claro e de fácil leitura à população em geral.

Produto 6– Versão final do PMGIRS

Finalizadas a Consulta e Audiência Pública, será elaborada a versão final do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS respeitados os preceitos da Lei Federal nº 12.305/2010 e seu Decreto nº 7.404/2010.

Juntamente ao produto e ao documento de legislação consolidada, será encaminhado um Relatório Técnico sobre a audiência e consulta públicas realizadas, contendo, no mínimo: registro fotográfico, lista de presença devidamente identificada e relato dos acontecimentos, além de apontar as sugestões levantadas.

O relatório não será incorporado ao produto.

Produto 7– Relatório Síntese do PMGIRS

O produto 7 será composto pela elaboração de um relatório síntese do PMGIRS. Tal relatório será elaborado com linguagem acessível, abrangência e independência para entendimento, de modo que sirva para uma consulta rápida às proposições e demais assuntos do Plano e que a versão final do PMGIRS seja utilizada para análises técnicas mais aprofundadas do seu conteúdo.

Ressalta-se que a finalização do processo de planejamento e a validação do PMGIRS estabelece o início do processo de sua implementação. É responsabilidade do poder público, do Comitê Diretor e do Grupo de Sustentação, não permitir que existam espaços vazios entre a formalização do plano e sua efetiva implantação.



Para isso serão formuladas agendas de continuidade, as quais serão apresentadas no relatório síntese, envolvendo todos os agentes nas ações que, já decididas, precisam ser implementadas. Em todas as agendas serão consideradas as ações de educação ambiental e capacitação dos agentes para melhoria progressiva do seu desempenho e dos resultados.

Essas agendas são uma das formas de possibilitar a continuidade da participação social no processo de gestão dos resíduos, dando efetividade à responsabilidade compartilhada que é essencial na PNRS.

Poderão ser estabelecidas as seguintes agendas de implementação:

- Agenda da Construção Civil: construtores e suas instituições representativas, caçambeiros e outros transportadores, fabricantes, manejadores de resíduos, distribuidores de materiais e órgãos públicos envolvidos, entre outros.
- Agenda dos Catadores – organizações de catadores de materiais recicláveis e reproveitáveis e os grandes geradores de resíduos secos.
- Agenda A3P: gestores responsáveis pela Agenda Ambiental da Administração Pública nos vários setores da administração.
- Agenda dos Resíduos Úmidos: feirantes e suas instituições representativas, setor de hotéis, bares e restaurantes, sitiantes, criadores de animais e órgãos públicos envolvidos, entre outros.
- Agenda da Logística Reversa: comerciantes, distribuidores, fabricantes, órgãos públicos envolvidos e outros.
- Agenda dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos: setor industrial, de serviços de saúde, mineradores, grandes geradores, entre outros.



PLANO DE TRABALHO 8 A 10 MESES

PRODUTO	ETAPAS	DESCRIÇÃO	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10
1		LEGISLAÇÃO PRELIMINAR										
2		CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL										
	2.1	Localização e Acessos										
	2.2	Histórico										
	2.3	Turismo, cultura e lazer										
	2.4	Geografia Física										
	2.5	Organização Territorial e Político-Administrativa										
	2.6	Macroinformações socioeconômicas										
3		DIAGNÓSTICO MUNICIPAL PARTICIPATIVO										
	3.1	Mobilização Social - PMS / Construção de Portal Web										
	3.2	Aspectos Socioeconômicos										
	3.3	Resíduos Sólidos com maior relevância										
	3.4	Situação dos tipos de Resíduos Sólidos										
	3.5	Caracterização dos Resíduos Sólidos Urbanos										
	3.6	Procedimentos Operacionais e Especificações mínimas a serem adotadas em serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos										
	3.7	Destinação e Disposição final										
	3.8	Informações sobre catadores										
	3.9	Estrutura Operacional, fiscalizatória e gerencial										
	3.10	Indicadores para os serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos										
	3.11	Sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos										
	3.12	Participação do poder público local na coleta seletiva, na logística reversa e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos										
	3.13	Gases Estufa										
	3.14	Ações Preventivas										
	3.15	Ações Emergenciais e de Contingência										
	3.16	Legislação Local em vigor										
	3.17	Competências e Responsabilidades										
	3.18	Carências e Deficiências										
	3.19	Iniciativas Relevantes										
	3.20	Relatório Técnico sobre as Oficinas										

Fral Consultoria Ltda
Correspondência: Av. Copacabana, 177 15º Andar Conj. 151 – Empresarial 18 do Forte - Barueri / SP CEP 06472-001
Tels.: (11) 5093-3591 / 5093-7709 – Fax: (11) 5543-1430
CNPJ 03.559.597/0001-05
Inscrição Municipal CCM 15.876

000588



PRODUTO	ETAPAS	DESCRIÇÃO	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10
4		PROGNÓSTICO										
	4.1	Definição das Responsabilidades Públicas e Privadas										
	4.2	Análise de Cenários Futuros										
	4.3	Diretrizes, Estratégias, Programas, Ações e Metas para o manejo diferenciado dos Resíduos Sólidos										
	4.4	Diretrizes Específicas										
	4.5	Estratégias de implementação e redes de áreas de manejo local ou regional										
	4.6	Metas Quantitativas e Prazos										
	4.7	Programas e Ações										
	4.8	Diretrizes, Estratégias, Programas, Ações e Metas para outros Aspectos do Plano										
	4.9	Definição de áreas para Disposição Final										
	4.10	Planos de Gerenciamento Obrigatórios										
	4.11	Ações relativas aos resíduos com logística reversa										
	4.12	Indicadores de Desempenho para os Serviços Públicos										
	4.13	Ações específicas nos órgãos da administração pública										
	4.14	Iniciativas para a educação ambiental e comunicação										
	4.15	Sistema de cálculo dos custos operacionais e investimentos										
	4.16	Forma de Cobrança dos Custos dos Serviços Públicos										
	4.17	Iniciativas para controle social										
	4.18	Sistema de Organização das Informações locais ou regionais										
	4.19	Ajuste na legislação geral e específica										
	4.20	Programas especiais para as questões e resíduos mais relevantes										
	4.21	Ações para mitigação das emissões dos gases efeito estufa										
	4.22	Relatório Técnico sobre as Oficinas										
5		VERSÃO PRELIMINAR DO PMGIRS										
	5.1	Consulta Pública										
	5.2	Validação do PMGIRS										
6		VERSÃO FINAL DO PMGIRS										
	6.1	Audiência Pública										
	6.2	Validação do PMGIRS										
7		RELATÓRIO SÍNTESE DO PMGIRS										
	7.1	Agendas setoriais de implementação do PMGIRS										



FRAL CONSULTORIA LTDA
 Maria Francozo
 CPF 073.091.929-21
 Coordenadora Administrativa / Procuradora

03.559.597/0001-05

FRAL CONSULTORIA LTDA
 Alameda dos Águia, 226
 Morada dos Pinheiros (Aldéia da Serra)
 CEP: 04510-307

Correspondência: Av. Copacabana, 177 15º Andar Conj. 151 – Empresarial 18 do Forte - Barueri / SP CEP 06472-001
 Tels.: (11) 5093-3591 / 5093-7709 – Fax: (11) 5543-1430
 CNPJ 03.559.597/0001-05
 Inscrição Municipal CCM 15.876



000589